



EDUCAÇÃO INFANTIL E CURRÍCULO NO BRASIL: ENTRE DOCUMENTOS E PRÁTICAS

Jaqueline Aparecida da Silva Rodrigues
Ione da Silva Cunha Nogueira
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

RESUMO: A partir da Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal no 9394/1996 - LDB), a Educação Infantil passa a ser reconhecida como primeira etapa da Educação Básica. Importante reconhecimento, pois durante muito tempo a educação da criança pequena foi considerada responsabilidade das famílias e o cuidado oferecido pelas instituições existentes se limitava a um atendimento quase que exclusivamente assistencialista às famílias pobres como meio de atender suas necessidades de pais e mães trabalhadores. Atualmente a definição curricular da educação infantil no Brasil, é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), que apresenta propostas a todos os níveis de ensino, inclusive para a Educação Infantil. Esse trabalho é o relato de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo analisar os aspectos curriculares do desenvolvimento do trabalho educativo de Educação Infantil no município de Três Lagoas/MS/Brasil, bem como as concepções teóricas que a orientam. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental que busca, a partir da leitura e análise da legislação e dos principais documentos de Educação Infantil, bem como de autores que discutam o assunto, compreender o embasamento conceitual presente na proposta curricular de Educação Infantil brasileira e a maneira como os indivíduos dele se apropriam, tomando como ponto de análise a educação infantil ofertada no Município de Três Lagoas/ MS. Considero que a reflexão sobre os documentos e práticas devem ser pautadas na formações, no trabalho pedagógico e nas formações continuadas, de forma que os professores consigam se apropriar destes documentos e que isso os ajude e oriente em um trabalho que traga sentido para si e para criança.

Palavras-chave: Criança. Educação Infantil. Currículo. Documentos.

1. INTRODUÇÃO

Analisar os documentos que orientam e organizam a Educação Infantil é uma forma de compreendermos como se dá o processo de apropriação e de que forma esses documentos conduzem as práticas dos professores, em suma, qual a relevância desses documentos em suas rotinas, planos, objetivos e execução?

O currículo não é apenas uma transmissão de conhecimento, mas sim uma abordagem organizada de forma orientar o professor em sua prática, mas acabou se tornando a única forma de trabalho e elaboração, como se tudo o que fosse necessário ensinar para a criança, estivesse resumido neste documento, minimizando a prioridade central que seria exercer uma educação que torne essa criança mais humana.

Esse trabalho é o relato de uma pesquisa que tem como objetivo analisar os aspectos curriculares do desenvolvimento do trabalho educativo de Educação Infantil. A definição curricular da educação infantil no Brasil, é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), que apresenta propostas a todos os níveis de ensino com foco na Educação Infantil no município de Três Lagoas-MS/Brasil, bem como as concepções teóricas que a orientam.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental que se fundamenta em uma abordagem dialética, uma vez que pretende perceber os fenômenos por meio de sua ação recíproca, buscando compreender a contradição a eles inerente, percebendo a mudança que é provocada na natureza e na sociedade por meio das concepções que servem como base para as propostas de currículo em questão (MARCONI e LAKATOS, 2003).

O relatório está organizado em quatro partes: Análise da Concepção de criança e da infância; Organização da Educação Infantil; Análise dos Documentos norteadores para a organização da Educação Infantil e Conclusões.

2. A INFÂNCIA E A CRIANÇA

A Infância, período das descobertas e criatividade que acolhe a criança em seu desenvolvimento, às vezes é marcado por silenciamento, descaso e negligência. Ser criança nem sempre foi, e em muitas situações ainda não é, sinônimo de tranquilidade, e não representava momento de receber amor e carinho, mas sim um novo membro para o trabalho e

continuação da família, um “novo” adulto. Segundo Aries (1981) “A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato”.

Havia uma ausência quanto ao sentimento de infância, tão pouco havia uma distinção da criança e do adulto, “[...] mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos”. (ARIES, 1981). Essa falta de caracterização também era percebida nos vestuários, nas conversas, e até mesmo nos retratos que mostravam um ser angelical e indefeso. O fato é que a percepção de infância pode variar de acordo com época.

No século XVIII e XIX, a sociedade passou por grandes transformações, promovendo alterações no modo de organização social, política e econômica da sociedade, onde todo processo artesanal de trabalho começa ser modificado pelas grandes máquinas, trata-se da Revolução Industrial. Esse período marca uma grande mudança urbana, e os pequenos produtores passam a ser substituídos pela indústria, o desemprego cresce a cada dia, homens, mulheres e até aprendizes começam uma vida laboral nas fábricas que ocorriam em até 16 horas por dia.

Com a passagem do modo de produção artesanal ou doméstico para o modo fabril na segunda metade do século XVIII, ano 1760, muda-se a estrutura social, em função da crescente participação dos pais nas fábricas, a maneira de pensar no cuidado das crianças também é afetado, é possível perceber que a revolução não foi apenas industrial, ela foi também social. (PASCHOAL; MACHADO, PASCHOAL, p.80)

O sentimento de infância vai ganhando espaço entre as pessoas e uma nova concepção de criança vai tomando forma perante a sociedade, torna-se uma construção, histórica, social e cultural. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2009, p.12 - DCNEI) define criança como” Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e [...] constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A criança da DCNEI (2009) é um sujeito do presente, que produz cultura, logo, visualizando as crianças que compõem o nosso país, estamos falando de diversas culturas, que a partir de suas vivências e realidades demonstram que não podemos afunilar a criança a um sujeito estático, indefeso e sem querer, como se houvesse um padrão.

3. A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diante deste cenário da Revolução Industrial e capitalismo, as mudanças nas estruturas econômicas e sociais, as visões sobre infância e educação ganham novas perspectivas e significados. As primeiras instituições que surgiram tinham um caráter assistencialista, pois a base para o trabalho era o foco na mulher que era mãe e que precisava trabalhar, ou seja, a creche tinha o objetivo de suprir os cuidados da família enquanto estavam ausentes ganhando seu sustento.

A educação era vista como uma panaceia e a ideia de tirar a criança da rua, pensavam que dar lhes uma educação moral, religiosa e intelectual resolveria os problemas pelos quais a sociedade estava exposta. O objetivo era essa criança não se tornar um delinquente, o que levou “[...] alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, começassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar. (PASCHOAL E MACHADO,2009, p.82).

Paschoal e Machado, (2009, p.85) afirmam que “Na realidade, foi somente com a Constituição que a criança de zero a seis anos foi concebida como sujeito de direitos.” A Constituição Federal (BRASIL,1988) trouxe um nova perspectiva para a educação, garantindo e legitimando esse direito, e foi a partir da Constituição que o ECA foi elaborado, compondo um conjunto de normas que asseguram proteção e diversos direitos à criança.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), veremos a educação infantil ser inserida na educação básica. Em 1998 Ministério da Educação lançou os Referências Curriculares Nacionais da Educação Infantil, composto por 3 volumes, organizados da seguinte forma: Reflexões sobre as creches e pré-escolas, criança, infância; Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo; Identidade e Autonomia.

O Referencial trouxe instruções sobre conteúdos, práticas didáticas, organização do espaço, do tempo, cuidar, brincar, perfil profissional do professor e sobre os objetivos da educação infantil, o documento foi um ponto de partida para as discussões relativas as práticas e propostas pedagógicas embora não fosse obrigatória em suas práticas, servia como uma guia. Assim o RNCEI (1998, vol. I, p.13) “[...] constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade.”

Em 17 de dezembro de 1998 que o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de forma que os

professores e instituição por ela organizassem o trabalho da educação infantil, com um caráter normativo.

4. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI) 1999 e 2009.

A primeira DCNEI, 1998 foi um documento elaborado no auge da Lei nº 9.394/96 e em fase de expansão e compreensão da educação infantil, como parte integrante da educação básica. Ao elaborar as Diretrizes, as equipes responsáveis visavam um documento mandatório para o trabalho nas creches, pré-escolas, nas propostas curriculares e projetos pedagógicos.

A resolução CEB nº, de 7 de abril de 1999, institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil com 4 artigos. O documento determina que a DCNEI deve ser observado na organização das propostas de educação infantil dos diversos segmentos; a propostas devem respeitar os fundamentos norteadores (Princípios Éticos da Autonomia, Princípios Políticos, Princípios Estéticos), ambiente de gestão democrática, formação de professor compatível para o trabalho.

Em 11/11/2009 houve uma revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1998, visando as diversas mudanças sociais e estruturais desde a primeira elaboração. As crianças e as infâncias se tornaram alvos de estudos e pesquisas após a regulamentação da educação infantil, e através do Parecer CNE/CEB Nº: 20/2009 as diretrizes foram revisadas.

Enquanto a RCNEI servia como um guia para o trabalho das instituições, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) estabelecem um caminho concreto de como organizar esse trabalho nas modalidades creche (0-3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos).

Posterior aos objetivos, a DCNEI (2009, p.12) define o que é educação infantil e criança. A Educação Infantil, não é a creche ou a pré-escola, mas sim uma etapa pelo qual a criança viverá que contribuirá para seu desenvolvimento, para os pais e familiares, a criança é levada para a creche, para serem cuidadas, assim eles conseguirão trabalhar, a instituição tem sim em sua responsabilidade o dever com o cuidado da criança, mas também é sua função social educar, cuidado e educação estão ligados, não é possível cuidar sem educar, ou educar sem cuidar. (BUJES, 2001, p.16).

O cuidar na educação não está voltado apenas para “olhar” a criança, em seu contexto macro, cuidar envolver organização, horários, alimentação, higiene, sono, as jornadas de trabalho em que a creche conseguirá atuar para atender a criança, é um direito da criança. As

rotinas por exemplo, como hora do sono, alimentação e banho demonstram para as crianças a existência de uma forma organizacional do tempo para as atividades inerentes a sua sobrevivência, é na creche que a educação da criança é inserida de forma sistematizada, e a educação vai além de alfabetizar e ensinar as letras, isso não é currículo, afinal, o que é o currículo?

O Currículo são as práticas, as maneiras como serão articuladas as experiências que serão promovidas as crianças, currículo é o movimento entre professor x criança ou professor x aluno, é a interação, são as histórias, as práticas e crenças de todos os elementos que compõem esse corpo educacional, definitivamente currículo não são os conteúdos ou disciplinas.

Bujes (2001), diz que “Não é o conhecimento pré-existente que constitui o currículo, mas o conhecimento que é produzido na interação educacional.” O professor tem em sua função o grande desafio de “remover” essa escolarização do currículo, como se fosse apenas uma ordem de conteúdo.

A construção de um currículo baseada na criança oferece condições de desenvolvimento cognitivo e emocional, pautadas a partir do olhar da criança, e os espaços de aprendizagem tem grande responsabilidade nessa educação. O local onde as crianças estão “lotadas” não são apenas salas de aula, é um espaço para que as crianças alcancem novas possibilidades, um espaço de aprendizagem, logo é necessário (re)avaliar reflexivamente cada ação no espaço.

A proposta da DCNEI é clara e prática, de uma forma simples o documento está organizado de maneira prática para a apropriação dos que estão envolvidos no ato de educar, na parte final o documento orienta sobre a avaliação na educação

5. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo destinado as instituições de ensino sejam elas públicas ou privada. Trata-se um documento obrigatório para a organização do currículo e das propostas pedagógicas, a BNCC não é o currículo, é uma base progressiva com o que deve ser ensinado na educação básica, uma base comum a todos.

Em 1988 a Constituição Federal, através do artigo 210 determina que deverão ser fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental para assegurar uma formação básica comum, em 1996 a LDB no inciso V, Artigo 9º, que cabe a união em colaboração com os estados, Distrito Federal e municípios estabelecerem para a Educação Infantil, Ensino

Fundamental e Ensino Médio, competências e diretrizes para nortear os currículos assegurando uma formação básica comum, segue abaixo a linha do tempo dos documentos curriculares



Figura 1 – Linha do tempo dos documentos curriculares – Fonte: <https://slidetodoc.com/linha-do-tempo-documentos-curriculares-o-artigo-210/>.



Figura 2 – Continuação Linha do tempo dos documentos curriculares – Fonte: <https://slidetodoc.com/linha-do-tempo-documentos-curriculares-o-artigo-210/>.

A versão digital e final da BNCC está disponível no link http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf, apresenta boa resolução, é colorido e é possível fazer o download. O arquivo tem um total de 600 páginas com todas as etapas da educação básica.

Dentro da proposta a BNCC propõe “superação” da fragmentação disciplinar do conhecimento (MEC,2018, p. 15) e para isso conta com as redes de ensino em regime de colaboração, que deverão construir currículos com base nas aprendizagens estabelecidas na BNCC.

6. O OLHAR DA BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Diferentemente da DCNEI, a BNCC não deixa claro o conceito de criança, ela define criança a partir do conceito da DCNEI, enfatiza os eixos estruturantes que são as interações e brincadeiras. As brincadeiras são conceituadas de forma errônea, como um processo de interação com potencialidades que irão maximizar

Partindo para a análise do documento, e a forma como foi organizada, veremos a Introdução do documento que explana e define que é a base, sendo ela “[...] conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver [...]” (MEC, 2018, p.7), e uma enfática explicação das Competências Gerais da Educação básica que é proposto para as três etapas da educação.

A BNCC lista 10 (dez) Competências Gerais, e as define como atitudes, valores, práticas, habilidades que podem ser desenvolvidas, essas habilidades irão promover ações nesta criança que está em formação, e o ajudarão na transformação de uma sociedade justa e humana. Essas habilidades são tanto das esferas cognitivas como socioemocionais. (MEC,2018, p. 8).

O currículo não é a BNCC, ainda existe muita divergência neste entendimento, principalmente por professores. Conforme detalhado em tópicos anteriores desta análise, o currículo é para a DCNEI,2009 é “

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p.12)

A fundamentação pedagógica da BNCC está focada no desenvolvimento das competências, e quando pensamos na educação integral a partir do desenvolvimento dessas competências, é incerto, não é possível estabelecer a educação e formação de uma ser humano a partir de uma linearidade, a educação é tanto ativa, quanto passiva. A construção do conhecimento é processo de integração do sujeito, desenvolvimento, envolvimento com a realidade, análise e abstração para construção de sua própria realidade.

Nesta característica fundamentar uma ação pedagógica para gerar uma competência em determinada fase (idade) não é fragmentar o ensino? Não é limitar a construção do conhecimento e desenvolvimento apenas para determinados grupos? Esse questionamento não nos leva ser contra a Base, ao contrário, é necessária essa reflexão para garantirmos assegurado os conhecimentos básicos comum a todos, a questão é até onde limitar as unidades curriculares contribuirá para um desenvolvimento integral?

A primeira etapa da educação básica, é a educação infantil que contempla as crianças de 0- 5 anos e 11 meses, divididos em creche (0-3 anos e 11 meses) e pré-escolar (4 anos a 5 anos e 11 meses). Na BNCC, diferente do ensino fundamental e do ensino médio, as competências gerais da educação devem se transformam direitos de aprendizagem e desenvolvimento para auxiliar em seu desenvolvimento que é conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Os direitos de aprendizagem são assegurados através dos campos de experiências, e na educação Infantil esses campos são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; • Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, cada campo de experiência têm objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

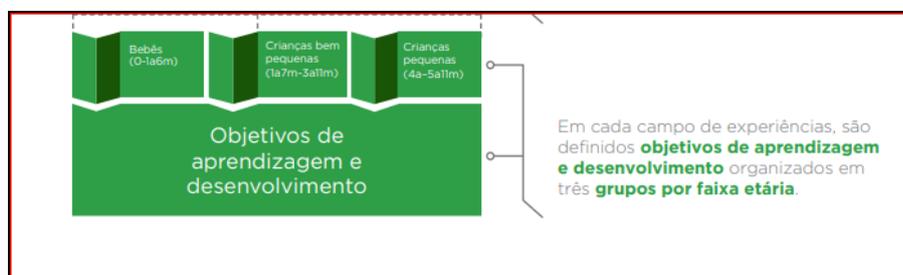


Figura 3 - (MEC, 2018, p. 25) – Objetivos e aprendizagem de desenvolvimento. Descrição dos grupos referente a etapa da educação infantil.

Na imagem abaixo, existem duas divisões na modalidade referente as faixas etárias, a primeira coluna são os bebês (zero a 1 ano e 6 meses), nesta coluna o objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é que a criança explore sons produzidos com o próprio corpo e com objetivos do ambiente. Na faixa etária de “crianças bem pequenas” (1 ano e 7 meses e 3 anos e 11 meses) o objetivo de aprendizagem é criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais para acompanhar diversos ritmos de música, e na terceira coluna teremos a faixa etária 4 anos e 5 anos e 11 meses dentro da modalidade pré-escola, nesta faixa o objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é a criança utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas. (MEC, 2018, p. 26)

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”		
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EIO1TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.

Figura 4 - (MEC, 2018, p. 26) – Objetivos de aprendizagem dentro do campo de experiência “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”

Para representar a etapa, o grupo da faixa etária, o campo de experiência, a BNCC através de sistema Alfanumérico conforme detalha a imagem abaixo, demonstra a organização em sua estrutura documental para consulta de quem utilizará o documento. Para conseguir fazer a leitura do sistema alfanumérico, é preciso compreender os elementos que a compõem, conforme detalha a figura 3, e após a explicação e explanação de como foi estruturado o sistema alfanumérico, o documento conclui a etapa da educação infantil com a transição para o ensino fundamental.

A BNCC é um documento extenso e denso, é preciso compreensão dos conceitos de criança, educação infantil, ensino e educação para que a análise seja efetiva, assim não utilizar o documento apenas como uma ferramenta instrumental.



Figura 3. (MEC, 2018, p. 26) Sistema alfanumérico que organiza as orientações de competências e habilidades

A separação por faixa etária e modalidade na etapa de educação infantil, deixa nítido a fragmentação proposta, e como a criança não é considerada como um ser, limitar essa integração é prejudicial ao desenvolvimento infantil, considerando que esta etapa é fundamental para desenvolvimento psicológico e das funções superiores do pensamento. [...] não é necessário reduzir um conhecimento a um campo disciplinar (CESARI, SOUZA e CUNHA, 2016, p.17)

Considerando a educação infantil a parte fundamental no processo educativo da criança, devemos problematizar sim, a integração curricular presente na BNCC, são as muitas vivências e experiências que permitem a criança analisar, abstrair e sintetizar a produção do pensamento e construção do conhecimento, gerando assim competências necessárias para solucionar esses problemas que ora estão em sua realidade.

O documento não pode apenas pensar em preparar essa criança para ser o futuro profissional/trabalhador, a educação deve ser meio eficaz de proporcionar o que for necessário para que a criança consiga atuar a partir de sua realidade no hoje.

7. ORIENTAÇÕES CURRICULARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TRÊS LAGOAS

A cidade de Três Lagoas está situada no estado de Mato Grosso do Sul na região Centro Oeste do país, a população é estimada em 125.137 pessoas (IBGE, 2021), com IDHM de 0,744 (IBGE, 2021), uma cidade cuja atividade econômica era organizada pela pecuária, passa por uma revolução no ano de 2006, tornando-se um polo industrial para as empresas de Celulose.

Houve um grande aumento no número de pessoas oriundas de outras cidades pela busca de emprego, baixando o número de pessoas contratadas em Três Lagoas, esses números geram um aumento no nascimento de crianças, mudanças de famílias para a cidade, busca por vagas em creches, escolas, e os cursos de profissionalização crescem exponencialmente para a busca de um emprego na fábrica.

O documento que organiza as ações da educação infantil na cidade de Três Lagoas, é denominado de Orientações Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas, é a versão preliminar (2019). O documento está organizado em 313 páginas, não tem sumário para auxiliar a forma como o documento foi organizado, é o resultado do trabalho, sendo este um processo coletivo de aproximadamente 250 educadores, especialistas, gestores, professores, coordenadores e técnicos, redatores e pessoas da SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), a referência é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo de Mato Grosso do Sul. (SEMEC, 2019, p.9)

O material foi organizado em duas partes, a primeira parte é composta de 5 capítulos, inicialmente no primeiro capítulo veremos a apresentação da cidade, rede municipal, referência da legislação para nosso Ensino, missão, visão, valores e indicadores educacionais. O segundo capítulo trata-se da parte educativa, currículo, e nos diversos trabalhos realizados na escola, o terceiro capítulo aborda os protagonistas da ação educativa., no quarto capítulo os princípios da

norteadores da didática, tecnologias, mídias e no capítulo quinto, trata a diversidade educacional tanto na educação Infantil quando no ensino médio. (SEMEC, 2019, p.10)

Na segunda parte, no capítulo VI, são tratados os temas contemporâneos na ação educativa e o capítulo VII sobre as orientações curriculares, são os cadernos. Servirão para auxiliar os professores com subsídios e informações, além destes, abordam toda estrutura física da unidade, a fachada da instituição, paredes, corredores, banheiros, refeitório e o entorno da unidade.

A partir do capítulo VII do documento, inicia-se a discussão sobre a educação Infantil de Três Lagoas, o capítulo traz informações significativas sobre o atendimento as crianças desta modalidade na cidade, representada com gráficos e números que demonstram a importância da adequação e organização para a oferta e atendimento, assim como a organização curricular.

É perceptível a ausência clara de uma definição sobre o conceito de criança, e em muitos momentos, a descrição é sempre voltada para o estudante, a pergunta é, quem são as crianças do documento de Três Lagoas? O documento nos responde com uma distinção, observe: bebês (0-2 anos), crianças bem pequenas (3 a 4 anos) e crianças pequenas (4-5 anos), resumindo é a divisão da modalidade educação infantil – creche e pré-escola.

A representação se dará por uma sigla, G1, G2, G3, G4, G5 e G6, o G é referente a palavra grupo, e o número está relacionado a faixa etária. Importante é considerarmos o espaço para os bebês e a formação do professor desta etapa. Do mesmo modo o documento define cada grupo, e o perfil do profissional que atenderá a etapa.

Para cada etapa o caderno faz recortes da BNCC referente ao campo de experiência e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e apresenta as metodologias consideradas ativas para o professor se orientar, finalizando com as discussões sobre avaliação na educação infantil, de casa para a educação infantil e da educação infantil para a escola, esse processo deve ser mediado e colaborativo para a criança não ser afetada negativamente.

Com relação as orientações sobre a transição da educação infantil para o ensino fundamental, a análise não contribui com orientações e deixa claro que isso está relatado nos textos introdutórios, considerado essa uma temática extremamente pontual

8. CONCLUSÕES

Devido a pandemia causada pelo COVID-19 no ano de 2020, toda organização social foi alterada, o distanciamento social foi amplamente recomendado para evitar o contágio e aumento dos casos de transmissão, com isso as aulas de todas modalidades foram suspensas e um novo formato aderido (ensino remoto), a nível Brasil.

O ensino a distância é um desafio para os professores desde o planejamento até a avaliação da criança ou do aluno, o fato é que a interação e socialização são fundamentais no ensino e aprendizagem, e realizar esse processo a distância, causa prejuízos as crianças que não podem compartilhar e trocar experiências com as outras crianças e para o professor que precisa construir e realizar seu planejamento de modo individual e isolado.

O espaço permite as crianças e professores, construírem o cotidiano planejar a aula e organizar as atividades que serão realizadas, conhecer a criança sua realidade. Esse conhecimento da realidade da criança, sua história, permite ao professor refletir sobre um planejamento que não se limita apenas em uma organização de conteúdos baseadas em determinadas áreas de conhecimento. Planejar significa se relacionar com a criança, abrir espaço para ela agir e construir o currículo junto com o professor.

A análise nessa pesquisa foi conhecer os documentos que orientam as práticas dos professores da educação infantil. A docência não se trata apenas de um ato amoroso ou paixão por crianças, para ensinar é preciso um conjunto de métodos, disciplinas.

Conclui-se que para ensinar, para ser professor, assim como afirmou FREIRE,1996 em Pedagogia da Autonomia, ensinar exige criticidade, bom senso, saber escutar, querer bem ao educando, abertura ao diálogo, consciência sobre as decisões, alegria, apreensão da realidade e convicção que a mudança é possível, percebemos que existe uma série de fatores que irão condicionar uma pessoa a ensinar e se tornar professora.

Os documentos norteadores presentes nesta análise são essenciais a quem se destina ao ato educativo, ser professor e não conhecer esses documentos irá prejudicar a prática docente e não garantirá que a criança tenha acesso ao que é de direito, que é a educação. É a apropriação deste conhecimento que possibilitará o professor não reduzir educação em campos fragmentados do ensino, é não a reduzir a criança a um ser incapaz.

Assim como nos documentos analisados, sobre o que é missão, visão e valores da instituição, proponho pensarmos sobre qual é a função e finalidade do CEI e das escolas. Será que realmente estamos atuando como deveríamos, será realmente que estamos abrindo espaço para o ensino, aprendizagem e desenvolvimento? Ou estamos apenas organizando planos com referências da Base Nacional comum curricular acreditando que ao preencher um pontilhado, pintar um desenho em determinada data comemorativa, passar um filme sobre inclusão, estamos realmente promovendo uma educação integral?

A reflexão sobre os documentos e práticas devem ser pauta das formações continuadas no trabalho pedagógico, de forma que os professores consigam se apropriar destes documentos e que isso os ajude e oriente em um trabalho que traga sentido para si próprio e para criança.

Esta pesquisa não está finalizada nestas considerações, o tema é relevante e afetará de diversas de formas a pessoa que faz a leitura dos documentos norteadores, considerando cada compreensão, cada vivência e o que cada um traz consigo, sempre veremos uma nova forma de relação do documento com a prática, o que precisa ficar claro é a necessidade, urgência e relevância de compreender tais documentos, ensino esse que deve ser aprofundado na formação do professor, e continuado em sua prática com a formação continuada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 01/1999**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 1999. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf acesso em 15/08/2021

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf acesso em 15/08/2021

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 22/1998**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 1999. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf acesso em 15/08/2021

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Currículo em Movimento. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-curriculo-em-movimento-sp-1312968422> acesso em 15/08/2021

BUJES, M. I. E. **Escola Infantil: Pra que te quero?** In: CRAIDY, C. M. e KAERCHER, G. E. P. da Silva. Educação Infantil – Pra quê te quero? Porto Alegre/RS: ARTMED, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** – Educação é a Base – Versão final, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf . Acesso em: 20/06/2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. 2009. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> acesso em 20/06/2021

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20/06/2021

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Disponível http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZE MBRODE2017.pdf acesso em 15/08/2021.

CEZARI, E; CUNHA, R. DE S. **A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: conceitos e propostas de um currículo**. Revista Observatório. v. 2, n. 4, p. 456-475, 30 out. 2016.

COSTA, E. A. P. **Dois olhares ao espaço-ação na pré-escola – II O espaço do pré**. In: MORAIS, R. Sala de aula: que espaço é esse? 3. ed. Campinas: Papirus, 1988. p. 99-103

FREIRE, M. **Dois olhares ao espaço-ação na pré-escola – I Espaço e vida**. In: MORAIS, R. Sala de aula: que espaço é esse? 3. ed. Campinas: Papirus, 1988. p. 95-98

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil/Mato Grosso Do Sul/Três Lagoas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/tres-lagoas/panorama> acesso em 07/10 as 22:06

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica** / Maria Fernanda Rezende Nunes, Patrícia Corsino e Vital Didonet. – Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. 102

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação de Três Lagoas. **Orientações Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas** - identidade, direitos de aprendizagem e metodologias. Versão preliminar. Três Lagoas/MS, 2019.

TRÊS LAGOAS. Prefeitura Municipal de. **A Cidade**. Disponível em <http://www.treslagoas.ms.gov.br/cidade/> acesso em 06/10/2021 as 22:28